PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS N. 001/2025 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

CONSIDERANDO o disposto no Anexo II do edital do concurso de artigos científicos, após 2ª retificação do edital (publicada na Edição n.º 3612, p.18 de 12 de agosto de 2025), que estabelece a data de 20/08/2025 para a publicação do resultado preliminar das avaliações do concurso;

CONSIDERANDO o procedimento e critérios estabelecidos previstos no item 5 do edital do concurso de artigos;

CONSIDERANDO, de mesmo modo, o subitem 5.3[3] do edital, que trata sobre os critérios de desempate entre artigos que obtiveram a mesma média;

CONSIDERANDO ainda a competência estabelecida pelo Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (art. 31, IV, da Resolução n. 04/02 - RI-TCE/AM);

Faço publicar o resultado definitivo do concurso de artigos científicos promovido por esta Corte de Contas, em conformidade com o que se verifica da tabela abaixo elencada:

Lista de Artigos em ordem de colocação no Concurso				
	Título do Artigo	Nota - Avaliador 1	Nota - Avaliador 2	Média
1º	Controle Externo e Floresta em Pé: O Tribunal de Contas do Amazonas como Agente Transformador da Sustentabilidade na Amazônia.	95,0	98,0	96,5
2º	O Uso da Tecnologia pelos Tribunais de Contas: Perspectivas e Desafios para a Boa Administração Pública.	91,0	100,0	95,5
3º	Tribunais de Contas Inteligentes: Fiscalização Algorítmica e o uso de TICs na Transformação da Gestão Pública.	95,0	95,0	95,0
4º	Riscos Corporativos Patrimoniais em Organismo Público de Controle Interno na Amazônia Ocidental.	99,5	88,0	93,75

[3] 5.3. Havendo empate entre inscritos, será selecionado o artigo que tenha maior precedência no pedido de inscrição.

5º	Condições para Declaração de Nulidade dos Contratos à luz da Lei 14.133/2021.	85,5	95,5	90,5
6º	Panorama das Compras Públicas Sustentáveis nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Desafios para o Alcance da Meta 12.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	97,0	81,0	89,0
7º	Resposta Correta e Consenso: Termos de Ajustamento de Gestão e Políticas Públicas.	96,0	80,0	88,0
8º	Controle Externo de Sustentabilidade dos Atos Administrativos: Perspectivas para a Amazônia na Visão 2045.	89,0	78,00	83,5
9º	A ADPF 982 do Supremo Tribunal Federal e a Aproximação do Sentido Normativo da Constituição Defendido por Karl Loewenstein no Julgamento de Atos de Gestão de Prefeitos.	84,0	82,0	83,0
10º	O Direito à Educação sob Pressão Fiscal: Reflexões sobre a EC N. 95/2016 e a LC N. 200/2023.	88,0	76,0	82,0
11º	O Papel do Tribunal de Contas na Boa Gestão Pública: A CPA/UFAM e o Relatório de Gestão Integrado: Transparência Institucional e o Papel do TCU Seção Amazonas, com foco na Boa Governança Pública e no Controle da Gestão Pública Universitária.	86,0	77,00	81,5
12º	O Papel do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas na Efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais: Uma Análise a Partir das Auditorias Operacionais em Saúde e Educação.	77,0	86,0	81,5
13º	A Aplicação da Prescrição no Controle Externo do TCE-AM: Avanços na Segurança Jurídica e Eficiência Administrativa.	74,0	86,0	80,0

14º	Ação Comunicativa e Inteligência Artificial: Desafios Éticos do Chat-TCE na Modernização do TCE-AM.	95,0	62	78,5
15º	Transparência e Acessibilidade Digital: Uma Análise Jurídica e Social no Serviço Público Brasileiro.	89,5	64,0	76,7
16º	Boas Práticas adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas: Mecanismos de Impacto e Eficiência na Gestão Pública.	60,0	85,0	72,5
17º	Accountability Cultural: O Papel do TCU na Promoção do Patrimônio Histórico.	92,0	52,0	72,0
18º	O Controle Externo frente às Leis de Aceno: O Papel dos Tribunais de Contas na Fiscalização e Aperfeiçoamento da Gestão Educacional.	59,0	82,0	70,5
19º	Análise Cienciométrica das Tendências e Impactos da Comunicação Estratégica, Inovação na Administração Pública: Uma Revisão das Produções Científicas (2006-2025).	55,0	82,0	68,5
20º	A Aplicação da Lei No 13.655/2018 (Nova LINDB) na Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.	50,0	84,0	67,0
21º	Gestão Ambiental e Controle Externo: O Papel do TCE-AM na Preservação da Amazônia.	61,0	70,0	65,5
22º	A Recusa de Transfusão de Sangue por Motivos Religiosos: Dilema entre a Vida e a Liberdade de Crença.	50,0	77,0	63,5
23º	O Princípio da Publicidade na Administração Pública: Instrumento de Transparência e Controle Social.	50,0	76,0	63,0
24º	Tribunal de Contas: Origem e Importância na Sociedade Brasileira Contemporânea.	65,0	60,0	62,5
25º	Tribunais de Contas no Controle de Cargos Comissionados: Uma	Artigo retirado do concurso à pedido do autor.		

	Interpretação Harmônica da Constituição Brasileira de 1988.			
26º	Sustação Cautelar e Definitiva de Contratos Públicos Antijurídicos aplicada pelos Tribunais de Contas.	61,0	42,0	51,5
27º	Administração Pública, Gestão do Patrimônio Público e Direito Público: Atuação dos Estagiários Lotados na DICAPE.	92,0	0,0	46,0
28º	Auditoria Operacional com Foco na Efetividade do Apoio a Microempresas de um Município do Estado do RS após a Enchente de 2024.	80,0	0,0	40,0

Manaus, 20 de agosto de 2025.

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro
Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Presidente da Comissão da Revista do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas